

INDIOS X POSSEIROS

JB- 12.8.76

5000/13

VAI COMEÇAR UMA GUERRA PELA TERRA

Texto e foto de Edilson Martins
Enviado especial

Posseiros vindos do Sul e do Leste — um Exército de mais de mil homens armados — invadem as terras dos índios. E encontram uma resistência que já causou mortes. Ameaçam vingança e preparam uma expedição punitiva, mas têm todos os seus passos na selva controlados pelos indígenas. A cada noite espera-se o ataque, o confronto. A guerra pode começar ainda hoje.



Na aldeia suruí, a tensão da véspera do ataque é notada até no rosto das crianças

POSTO Sete de Setembro, Aldeia Suruí, Rondônia — Mil e duzentas famílias — um mínimo de 5 mil pessoas — já ocupam o território dos índios suruí. As mortes ocorridas nos últimos dias — dois posseiros assassinados pelos índios — não deixam dúvidas sobre a iminência de um conflito armado, de grandes proporções. Só a interferência do diretor do Parque Nacional do Aripuanã, sertanista Apoena Meireles, que aqui está desde sábado, impediu que os índios deixassem o Posto Sete de Setembro, com o que foram evitados novos choques. Os posseiros — mais de mil homens armados, ao longo das linhas 11, 12, 13 e 14 do Projeto Integrado de Colonização (PIC) do INCRA — reafirmam que não deixarão as terras: "Aqui nos instalamos, aqui plantamos, aqui investimos todas as nossas reservas".

Durante dois dias, em Porto Velho, Capital de Rondônia, o superintendente da Polícia Federal, delegado Valdomiro Lawrynhuk; o delegado da Funai, Major Emilio Pereira Barbosa; o coordenador da Divisão Territorial Técnica (DTT) do INCRA, Reinaldo Modesto; e o sertanista Apoena Meireles estiveram reunidos, tentando uma fórmula que contorne a crise, criada pela invasão do território indígena.

No centro da questão, que se estende hoje a vários Estados, gerando episódios como os da morte do Padre salesiano Rodolfo Lunkenbein e do índio Simão, na aldeia de Merure, em Mato Grosso, está o problema da terra e de sua demarcação. A partir do momento em que o atual presidente da Funai, General Ismarth de Araújo, decidiu demarcar as terras dos índios — o que todas as administrações passadas adiavam — passou a arcar com um pesado ônus, o mais grave talvez na história do silvícola brasileiro.

Há três áreas, na região do Parque Nacional do Aripuanã, ocupadas por índios e até hoje não demarcadas. Como nos últimos quatro anos, principalmente a partir de 1974, está ocorrendo um êxodo que se traduz na chegada de até 600 famílias por mês ao território de Rondônia, segundo fontes da Polícia Federal, aos poucos as terras dos índios começaram a ser invadidas. Em menos de três anos, os posseiros chegaram no mínimo a 5 mil pessoas, a maioria procedente dos Estados do Paraná, Espírito Santo e São Paulo.

Ao longo das linhas 11, 12, 13 e 14, ocupadas por centenas de posseiros, há um clima de indizível insegurança, principalmente a partir das duas mortes, ocorridas uma no dia 29 de julho e outra no dia 1.º deste mês. A própria Superintendência da Polícia Federal nos desaconselhou visitar a região: "Os posseiros, a maioria procedente do Norte do Paraná, têm antecedentes criminais. Depois, estão armados e loucos por vingança".

As informações chegadas a Porto Velho dizem até da existência de barricadas. De concreto, há o estado de tensão. Os índios continuam a percorrer as linhas e todos os posseiros são armados. Muitas famílias têm suas casas fechadas, emendo novos ataques dos índios. Em pleno dia, sob um sol de 40 graus, janelas e portas cerradas. Qualquer desconhecido é recebido como suspeito.

O posseiro José Antônio de Oliveira foi morto dentro de casa, deitado na rede, no dia 1.º de agosto, por um grupo da tribo Suruí. Ele havia se instalado a dois quilômetros da aldeia, praticamente no quintal dos índios. Foi assassinado a tiros e flechadas por um grupo formado pela ala jovem da tribo, a mais radical e inconformada com a presença de civilizados em suas terras. Esse grupo conta com Oréia, Iacanoa, Itabira, Mamuia, Iamacochin e Kadio, que se opõe à moderação do cacique Dick-Boba, favorável a conversações com Yara — civilizado. Dick-Boba defende essa linha, em seus discursos à aldeia, mas sente que perde sua liderança. Aos poucos, torna-se um líder apenas espiritual, enquanto o discurso político, agressivo, bélico, proposto pela ala jovem da tribo, se torna vitorioso.

A partir do instante em que o índio não encontra mais

caça, o veado desaparece, o tatu e o pato selvagem também, e sua aldeia começa a ser cercada por civilizados, tem início a degradação. Só lhe resta invadir a roça, matar o boi, assassinar o civilizado. Principalmente quando ainda não perdeu sua consciência tribal, quando é um recém-contatado e seus valores culturais ainda estão vivos na memória da aldeia.

Esse é o quadro de agora no posto indígena do rio Sete de Setembro.

— Yara (civilizado) invade suas terras Yamacochin?

— Yara não é bom, não presta. No começo toda tribo gosta de yara. Agora yara invadiu tudo. Yara tá comendo dentro de nossa casa. Nem taboca tem mais para nossos arcós. Tudo acabando para índio. Índio resiste, reage, mata. Senão índio acaba. Índio já

acabou muito. Antes, índio era muito. Agora pouco. Será que yara morre? Índio acha que não.

O presidente da Funai, General Ismarth de Araújo, afirma que "a demarcação do Parque Nacional do Aripuanã prosseguirá. Isto é uma lei. A Funai cumprirá essa lei. Ninguém pode censurar a Funai por fazer cumprir uma lei. O índio precisa de suas terras. A chegada de elementos do Sul está agravando tudo isso. Mas a demarcação não vou transferi-la ao meu sucessor. Mesmo que tenha de recorrer a uma ação na Justiça. Mesmo que demore, não vamos abrir mão. O índio já vem a Brasília. Já começa a acreditar no órgão. Isso não acontecia no passado. Precisamos corresponder a essa con-

fiança. Na prioridade um, está o problema da terra. Sem esse problema resolvido, não podemos no Brasil pensar em desenvolvimento".

— Hoje temos problemas no Sul, no Merure, em Mato Grosso, onde foi assassinado recentemente o Padre Rodolfo Lunkenbein. Morreram índios, mas são áreas demarcadas. Na Amazônia essas áreas indígenas não estão demarcadas. E o índio está secularmente nessas áreas. Ele é que construiu e preservou esse habitat. Ele vive em harmonia com a natureza. É incapaz de matar uma caça, uma fêmea, porque sabe que ela vai reproduzir, garantir a continuidade dessa espécie. O civilizado, o caçador, é predador por deformação. O in-

dio, não. Ele sabe que sua subsistência depende da flora, da fauna. Por natureza é um preservador ecológico — acentua o General Ismarth de Araújo.

O executor do Projeto Fundiário do INCRA, em Rondônia, Capitão Sílvio Faria, não foi convidado para participar das sucessivas reuniões desse órgão com a Funai e a Polícia Federal.

— Por que essa ausência, Capitão Sílvio Faria?

— A questão está sendo resolvida em nível de presidência. Isto é, em nível de presidência do INCRA e presidência da Funai. A situação aqui é delicada. Chegam, no mínimo, 100 famílias por mês a Rondônia. O que fazer com essa gente? Não procede que tenhamos dado documentos legais para esses posseiros invadirem terras indígenas. Fornecemos apenas um cartão de identificação de parceiros. Isso não é um documento que justifique a ocupação. Apenas identificamos essa gente.

Fontes da Polícia Federal são de opinião que chegam ao território de Rondônia, no mínimo, 600 famílias por mês. Nas linhas 11, 12, 13 e 14, centro da área invadida, é grande a hostilidade ao INCRA. Não há, propriamente, protestos contra a Funai ou os índios, embora haja um grupo a favor de revanche, a fim de que os silvícolas não "fiquem assim sem punição".

O posseiro Danilo da Silva, que com tal nome é um descendente de alemão e tem quase 1,90m de altura, não poupa o INCRA. Conta que "o Hélio Martins comprou um lote por Cr\$ 6 mil, mas teve de pagar Cr\$ 1 mil a um funcionário da repartição. Ele comprou o lote 80, da linha 11, de Oto Vachine. O pai de Hélio Martins comprou um lote da viúva do velho Joaquim, assassinado pelos índios. Teve de pagar também aos funcionários do INCRA, como forma de receber logo o seu título".

A mulher do posseiro José Ribeiro de Oliveira, Dona Francisca Lacerda Oliveira, afirma que "os funcionários do INCRA, em Cacoal, recebem grana para fornecer lotes. Há quem pague até Cr\$ 5 mil para receber títulos definitivos".

Todos esses lotes, na região onde o INCRA forneceu cartões de identificação — o que, para o posseiro, semi-analfabeto, constitui um instrumento de posse — estavam situados no território indígena.

A área ora conflitada, ocupada por milhares de posseiros é uma das mais ricas de Rondônia. Hoje este território tem uma população estimada em pelo menos 350 mil habitantes. Em 1970, sua população era de 80 mil habitantes. Houve um crescimento populacional de mais de 400%, em apenas seis anos. Era evidente que nessa expansão, indiscriminada as terras indígenas não seriam poupadas.

A equipe de sertanistas do parque do Aripuanã, formada por Zel Bel, Aimoré Cunha da Silva e Francisco de Assis Silva, está unida em torno de Apoena Meireles. Há ameaça dos posseiros de invadir o posto, numa expedição punitiva. Apoena Meireles está tranquilo:

— Se isso ocorrer, armarei os índios. Que ninguém pense que vamos ser assaltados assim impunemente. Levamos uma vantagem. Conhecemos a região melhor do que eles. Esses posseiros procedem do Sul, podem até ser marginais como querem alguns, mas não conhecem a região como nós e os índios. Essa vantagem nós levamos.

— O índio — prossegue Apoena — não pode mais ceder. Já transigiu demais. Este ter-

ritório é deles. A Constituição Federal e o Estatuto do Índio lhe garantem isso. Por que então permitirmos — nós que temos o compromisso de zelar por sua sobrevivência física, já que a cultural cede e se desvirtua a todo o momento — que a lei não seja cumprida? Não estou afirmando que esses posseiros devam ser lançados ao abandono. São brasileiros, seres humanos, querem a liberdade de viver numa terra própria. É legítimo. Mas que essa terra não seja indígena. Eles sabiam e sabem, pois continuam invadindo diariamente esta região, que aqui é território indígena.

Os índios já não têm mais caça. O rio Branco, que sempre lhes forneceu peixes, está cortado pelo menos por cinco estradas dos projetos fundiários do INCRA. Não há mais veados nem anta, nem tatu. Só resta a invasão das propriedades dos colonos, que já se encontram às portas, de suas aldeias.

Uma comissão formada pela Funai, INCRA e Polícia Federal deverá vir a esta área, a fim de discutir com posseiros e índios o encaminhamento de uma solução entre as partes. No documento firmado em Porto Velho, o sertanista Apoena Meireles, com delegação pessoal do General Ismarth de Araújo, presidente da Funai, concordou em ceder parte do território dos índios, numa outra área, desde que o INCRA consiga retirar os invasores de onde se encontram.

Esse documento, assinado por representantes da Funai, INCRA e Polícia Federal, afirma que, "considerando que as culturas efetivadas pelos colonos só poderão ser colhidas no final do ano agrícola 76/77, ficou também permitida a permanência dos mesmos na área que atualmente ocupam até o final desse período. A introdução de novas benfeitorias a partir dessa data ficará permanentemente proibida aos ocupantes residentes".

O acordo prevê uma alteração na figura do polígono — as três áreas a serem demarcadas, um total de 600 mil hectares. Mas só será possível, instrui o documento, se os posseiros concordarem com o prosseguimento da demarcação. Há alguns dias, num ato de força, eles impediram que a firma Plantel prosseguisse na demarcação das áreas onde se encontram. E a Polícia Federal nada pôde fazer até agora. Essa decisão de força ficou impune: foi executada por cerca de mil homens armados.

Nesse clima se desdobra a herança deixada pelos irmãos Melhorança, da firma de loteamento Itaporanga, em todo o território de Rondônia. Eles venderam mais de 1 milhão 200 mil hectares de terra, irregularmente. Foram condenados, mas estão soltos, segundo consta, e aqui na região. A gente que adquiriu essas terras, de forma irregular, não abre mão da ocupação, mesmo que ilegal. Se no território dos índios suruí existem umas 80 famílias introduzidas pelo INCRA, os "herdeiros dos irmãos Melhorança somam no mínimo umas 500 famílias. E são os invasores mais agressivos.

Se os posseiros ameaçam vingança, todos os seus passos são acompanhados pelos índios. Basta conversar com um índio suruí — e eles não somam aqui no Posto Sete de Setembro mais de 200 — que ele conta todo o dia-a-dia dos posseiros.

A noite o clima no Posto fica tenso. É a hora em que se costuma atacar — tanto o índio como o posseiro. Mas Apoena Meireles e sua equipe de sertanistas estão atentos. Só não permanecem assim quem procede da cidade, e não é um legítimo civilizado nem tampouco um índio.